



**PORTARIA Nº 199/2020 – POLÍCIA CIVIL DO AMAPÁ – DGPC**

*Fica instituído no âmbito da Polícia Civil do Estado do Amapá, procedimentos provisórios profiláticos ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), tendo em vista a classificação realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pandemia, até o dia 30 de junho do corrente ano, de acordo com inúmeros Decretos estaduais que tratam do assunto, em especial, o derradeiro Decreto nº 1878/2020 e anexo, da lavra do Exmo. Governador do Estado do Amapá.*

O Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Amapá, no uso de suas atribuições legais;

**Considerando** que a transmissão do Novo Coronavírus é um risco potencial para todos os habitantes do Amapá, como ainda a progressividade dos aumentos de infectados em todos os estados da federação;

**Considerando** a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

**Considerando** os inúmeros Decretos estaduais que tratam do assunto, em especial, o recente Decreto nº 1878/2020 e anexo, da lavra do Exmo. Governador do Estado do Amapá;

**Considerando** a essencialidade do serviço de segurança pública que é prestado pela Polícia Civil, notadamente na área de investigação, como ainda, o zelo e responsabilidade que temos que ter, com nossos servidores policiais civis, que se enquadram em situação de risco;

**Considerando** que a COVID-19 tem se mostrado mais agressiva para idosos e pessoas portadoras de doenças crônicas;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Criar um plano de contingenciamento e proteção aos servidores Policiais Civis, em especial, àqueles que se enquadrem nas categorias acima destacadas.

**Art. 2º.** Os servidores que apresentarem febre e/ou sintomas respiratórios (tosse seca e dificuldade para respirar não comparecerão ao trabalho e deverão entrar em contato com a chefia imediata para avisar a respeito da circunstância.

**Parágrafo único.** O servidor citado no *caput* deverá dirigir-se imediatamente a uma Unidade Básica de Saúde (UBS), a fim de ser submetido a uma análise clínica, devendo enviar para sua chefia imediata cópia digital do atestado médico, notadamente indicando se o médico coletou algum material para exame e o classificou como suspeito.



**Art. 3º.** O procedimento descrito no artigo anterior prescinde do comparecimento pessoal posterior à junta médica para homologação e os atestados serão usados como lastro normativo para o afastamento administrativo oficial do servidor.

**Art. 4º.** Recebido o resultado do exame, e tendo atestado negativo, deve o servidor retornar imediatamente ao seu local de trabalho.

**Parágrafo único.** Em caso de resultado positivo, o servidor ficará afastado até que seu retorno ao trabalho seja considerado seguro, sob o ponto de vista clínico-científico, a fim de não representar qualquer risco aos demais servidores.

**Art. 5º.** Os servidores maiores de 60 (sessenta) anos de idade e as servidoras gestantes, desde que comprovado documentalmente, poderão optar, quando possível, pela execução dos seus trabalhos por meio digital e remoto, realizados de casa, devendo ser devidamente comprovado esses trabalhos a chefia imediata.

**§ 1º.** De acordo com a nova redação dada pelo Decreto nº 1878/2020 e anexo, somente devem permanecer fora do serviço presencial de Polícia Judiciária os portadores das seguintes comorbidades:

- I- Cardiopatas graves ou descompensados (insuficiência cardíaca, infartos revascularizados);
- II- Portadores de arritmias, hipertensão arterial sistêmica descompensada;
- III- Pneumopatas graves ou descompensados (dependentes de oxigênio, portadores de asma moderada/grave, DPOC);
- IV- Imunodeprimidos, independente de idade;
- V- Doentes renais crônicos em estágio avançado (graus 3, 4 e 5);
- VI- Diabéticos e Gestantes, conforme juízo clínico.

**§ 2º.** Todos os servidores policiais civis, acometidos das aludidas patologias que já estejam afastados por algum desses motivos e os que porventura venham a ser afastados, devem proceder de acordo com a Portaria nº 0428/2020-SEAD, que regulamenta a convalidação pela Junta Médica via telemedicina, a fim de que daqui para frente tenham suas faltas abonadas em decorrência de seu estado de saúde. Ficam excluídos desse procedimento os casos de COVID-19, que obedecerão as regras estatuidas nos artigos 2º a 4º desta portaria.

**§ 3º.** Uma vez confirmado o afastamento do servidor pela Junta Médica via telemedicina, os mesmos deverão ser submetidos a regime de trabalho domiciliar de forma remota, quando possível, a ser devidamente atestada perante a chefia imediata.

**§ 4º.** Na impossibilidade de prestação de trabalho remoto, devidamente justificada pela chefia imediata, deverá ser ajustado cronograma de compensação de horários a ser oportunamente instituído e comprovado perante a chefia imediata e posterior convalidação da Corregedoria Geral da Polícia Civil, que comunicará ao final o Setor de Atividade de Recursos Humanos da Polícia Civil.

**Art. 6º.** A Divisão de Apoio Administrativo (DAA/DGPC) reforçará aos gestores de contratos



de prestação de serviços de limpeza quanto à necessidade de aumentar a frequência de limpeza dos banheiros, corredores, corrimãos e maçanetas de todas as Unidades Policiais, mais incisivamente as Centrais de Flagrantes.

**Art. 7º.** O atendimento ao público deverá ser feito da seguinte forma:

- I. Ao entrar na recepção de uma Unidade da Polícia Civil do Amapá, o indivíduo será orientado a ir até uma pia (lavatório) para higienizar as mãos antes do atendimento;
- II. O atendimento do usuário do serviço de Polícia Judiciária Civil, fica daqui para frente, condicionado ao uso de máscaras de proteção facial (caseira ou profissional), de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), e demais autoridades sanitárias, assim como todos os servidores Policiais Cíveis, fica recomendado o uso de máscaras em seu ambiente de trabalho;
- III. Nas recepções e balcões de atendimento onde não houver barreira de vidro, deverá ser adotada uma distância de aproximadamente de 2 (dois) metros para conservação da saúde de ambos;
- IV. A eventual intimação de pessoas maior de 60 anos, gestantes, portadoras de doenças crônicas e aquelas imunossuprimidas deverão ser evitadas, salvo quando a demora na oitiva possa, a juízo do Delegado de Polícia que preside a investigação, comprometer seriamente a apuração;

**Art. 8º.** O servidor que trabalha no atendimento ao público deverá zelar para que não haja aglomeração de pessoas no ambiente da Unidade Policial.

**Art. 9º.** As unidades que realizam apenas atividade administrativa, sem atendimento ao público, estabelecerão regime de rodízio entre todos os servidores, de modo a conservar o mínimo de pessoas possíveis em cada ambiente de trabalho e sempre que possível, o trabalho poderá ser feito remotamente.

**Art. 10.** A medida do possível, os registros dos B.O.'s, bem como o Requerimento de Medidas Protetivas de Urgência, serão realizados pela via virtual (Delegacia Eletrônica), que inclusive foram ampliados o rol de crimes que poderão ser registrados, devendo os servidores informarem aos comunicantes o site oficial da Polícia Civil.

**§1º.** Se o comunicante não dispuser de meios para a realização do B.O. pela via virtual, seu registro deverá ser feito pelo servidor, com as cautelas já acima enumeradas.

**§2º.** Com intuito de evitar aglomerações de pessoas nas Delegacias, poderá o Delegado de Polícia que preside as investigações, realizar as oitivas e interrogatórios por meio dos recursos tecnológicos de gravação audiovisual ou videoconferência, que inclusive já estão devidamente regulamentados pela Portaria nº 172/DGPC, podendo ainda, caso necessite, solicitar apoio a Chefia de Informática da Polícia Civil, quanto às orientações de manuseio/uso.

**Art. 11.** Fica vedada a visita a presos provisórios nas carceragens das Unidades Policiais da Polícia Civil, podendo o preso ter contato somente com seu advogado.



**§1º.** Se algum preso apresentar os sintomas da COVID-19, o fato deverá ser comunicado em destaque ao juiz plantonista ou responsável pela audiência de custódia, a fim de evitar sua entrada no sistema penitenciário e proporcionar seu direcionamento ao sistema público de saúde, para os fins clínicos adequados, como também ser preenchido o **Formulário de Identificação de Fatores de Risco para COVID-19**, expedido pelo CNJ, que deverá ser anexado ao bojo flagrancial.

**§2º.** Os presos que apresentem quaisquer dos sintomas relacionados à infecção por coronavírus devem ser mantidos em cela separada dos demais.

**Art. 12.** Os Delegados titulares das Unidades Policiais poderão restringir as oitivas de vítimas, testemunhas, investigados, bem como ainda o rastreamento de aparelhos celulares, preferencialmente a casos em que não haja a menor possibilidade da extinção da punibilidade (art. 107 do CP) e/ou perecimento da prova, considerando que Poder Judiciário, por meio do CNJ, suspendeu todos os prazos processuais, como também as determinações constantes nos Decretos do Executivo Estadual nº 1414 e 1497, datado de 03 de abril do corrente ano e posteriores alterações.

**§1º.** Com a restrição do atendimento ao público, que culminará na redução expressiva dos trabalhos de Polícia Judiciária, caberá a cada Delegado titular de Unidade Policial, estabelecer o número mínimo de servidores que ficarão desenvolvendo seus trabalhos **preferencialmente** pelo período da manhã, sendo que o excedente, deverá ser elaborada lista a ser encaminhada aos Diretores de Departamentos e Corregedoria Geral, com os respectivos nomes, e-mail e contato telefônico, sendo que, todos os servidores relacionados, devem permanecer em suas circunscrições, ativos/atentos, eis que, caso necessário, serão convocados para missões e serviços ordinários e/ou extraordinários, por meio telefônico ou telemático.

**§2º.** Diante da redução das atividades das Unidades Policiais que não estão inseridas no regime de plantões (flagrantes), os Diretores de Departamento, caso necessário, poderão reforçar e/ou repor aos Delegados Coordenadores de Plantões e Delegacias do interior do Estado, os aludidos servidores.

**Art. 13.** Fica sob a responsabilidade da Divisão de Polícia Administrativa (DPA); Divisão de Captura; Núcleo Operacional de Inteligência (NOI) e Núcleo de Operações em Cães (NOC), em caráter extraordinário, a atribuição para fiscalização das restrições impostas por todos os Decretos do Executivo, em especial o artigo 6º do Decreto nº 1497, datado de 03 de abril do corrente ano, podendo valer-se de servidores de outras Unidades Policiais, que estarão com restrição de atendimento ao público, a serem convocados diretamente pelo Diretor do Departamento de Polícia Especializada Dr. Fábio Araújo de Oliveira, que será o Coordenador dessa Força Tarefa.

**Parágrafo único.** Fica temporariamente suspensa a exigência a respeito da produtividade/metabolismo no âmbito da Polícia Civil.



# POLÍCIA CIVIL

## ESTADO DO AMAPÁ

Unidade Policial

Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do  
Amapá –GAB/DGPC

**Art. 14.** Ficam suspensos todos os prazos de processos administrativos que estejam em trâmite na Polícia Civil do Estado do Amapá, conforme o disposto no Decreto nº 1497, datado de 03 de abril do corrente ano.

**§1º.** Além dos procedimentos policiais flagranciais, bem como os demais atos de Polícia Judiciária urgentes, fica também autorizada a remessa de Inquéritos Policiais **concluídos**, que devem ser encaminhados a Corregedoria Geral de Polícia Civil, preferencialmente, escaneados e de forma gradativa, inclusive com agendamento prévio do dia e horário, de forma a evitar aglomerações de pessoas naquela casa correcional;

**§2º.** Fica, ainda, autorizado, a remessa de Inquéritos Policiais para renovação de prazos e ulteriores diligências que se fizerem necessárias ao escoreito andamento das investigações;

**Art. 15.** A Delegacia de Crimes Contra o Consumidor e o Departamento de Polícia Especializada deverão agir de forma coordenada, juntamente com os demais órgãos de proteção ao consumidor, a fim de reprimir crimes e abusos na venda de bens e serviços relacionados à prevenção da COVID-19.

**Parágrafo único.** Em caso de apreensão desses materiais, por se tratar de objeto do ilícito, o Delegado responsável deverá representar ao Judiciário, a fim de que o material seja confiscado e usado em delegacias, postos de saúde, e outros ambientes públicos que o necessite.

**Art. 16.** Todos os policiais civis deverão fiscalizar, estudar e se inteirar do cumprimento da Lei nº 13.979/20, de todos os Decretos do Executivo Estadual, bem como desta Portaria e demais atos normativos pertinentes, de modo a compreender o papel institucional da Polícia Civil do Estado do Amapá no enfrentamento ao coronavírus (COVID-19).

**Art. 17.** O Conselho Superior da Polícia Civil (CSPC) será a Comissão responsável pelo acompanhamento e controle de propagação da COVID-19 na Polícia Civil do Amapá, cabendo a seus membros proporem outras ações e medidas indispensáveis à prevenção do contágio.

**Art. 18.** Os casos omissos deverão ser resolvidos pelo Conselho Superior da Polícia Civil (CSPC), pelo seu Presidente, ou, ainda, pelo Corregedor Geral da Polícia Civil.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Macapá-AP, 16 de junho de 2020.

**Antônio Uberlândio de Azevedo Gomes**  
Delegado Geral de Polícia Civil